



Sacred Heart
UNIVERSITY

Sacred Heart University
DigitalCommons@SHU

Education Faculty Publications

Isabelle Farrington College Of Education

1-2018

Introdução a la Pedagogia Jesuita no Brasil Colonial. Educação Humanista e o Ratio Studiorum

Karl M. Lorenz
Sacred Heart University

Follow this and additional works at: http://digitalcommons.sacredheart.edu/ced_fac



Part of the [Catholic Studies Commons](#), [European Languages and Societies Commons](#), [Intellectual History Commons](#), and the [Social and Philosophical Foundations of Education Commons](#)

Recommended Citation

Lorenz, K.M. (2018). Introdução a la pedagogia Jesuita no Brasil colonial. Educação Humanista e o Ratio Studiorum. *Cadernos de História da Educação*, 17(1), 25-50. doi: 10.14393/che-v17i11-2018-3

This Peer-Reviewed Article is brought to you for free and open access by the Isabelle Farrington College Of Education at DigitalCommons@SHU. It has been accepted for inclusion in Education Faculty Publications by an authorized administrator of DigitalCommons@SHU. For more information, please contact ferribyp@sacredheart.edu, lysobeyb@sacredheart.edu.



**Introdução à Pedagogia Jesuíta no Brasil Colonial.
Educação Humanista e o *Ratio Studiorum*¹
(Versão em Português)**

*Introduction to Jesuit Pedagogy in Colonial Brazil.
Humanist Education and the Ratio Studiorum*

*Introducción a la Pedagogía Jesuita en Brasil Colonial.
Educación Humanista y el Ratio Studiorum*

KARL LORENZ²

Resumo

Em 1599, a Companhia de Jesus aprovou o *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu* (Método e Sistema de Estudos da Companhia de Jesus). O documento delineou as políticas, os procedimentos administrativos, os currículos e as práticas de ensino em suas instituições educacionais na Europa e no exterior. Uma parte da *Ratio* detalhou um programa de estudos de línguas e da literatura clássica. O objeto deste estudo é o programa de humanidades e o foco da análise é o comportamento profissional do professor jesuíta responsável por sua implementação. Este trabalho identifica as ações que um jesuíta brasileiro teria demonstrado quando ensinando as humanidades em um colégio brasileiro nos séculos 16 e 17. Suas ações e atividades pedagógicas são inferidas das "Regras comuns para os professores das classes mais baixas" explicitadas no *Ratio Studiorum*.

Palavras-chave: Companhia de Jesus. *Ratio Studiorum*. Currículos. Práticas de Ensino.

¹ Este estudo foi conduzido como parte de um projeto desenvolvido para o *Presidential Seminar on the Catholic Intellectual Traditions*, programado durante o ano letivo 2016-2017 na *Sacred Heart University*, em Fairfield, CT, nos EUA. O seminário foi organizado para os professores pelo *Office of Mission and Catholic Identity*.

² Doutor em Educação, com especialização em Ensino de Ciências pelo *Teachers College*, da Universidade de Columbia, em Nova York, Estados Unidos. Professor aposentado da *Sacred Heart University* (Fairfield, Connecticut, Estados Unidos). E-mail: LorenzK@sacredheart.edu

Abstract

In 1599 the Society of Jesus approved the Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu (Method and System of the Studies of the Society of Jesus). The document outlined policies and procedures on the administration, curriculum and teaching practices in its educational institutions in Europe and abroad. Part of the Ratio detailed a secondary program of studies in classical languages and literature. The subject of this study is the program of humane letters and the focus of the analysis is the professional behavior of the Jesuit teacher responsible for its implementation. This paper identifies the actions that a Brazilian Jesuit would have taken when teaching the humanities in a Brazilian college in the 17th and 18th centuries. His pedagogical actions and activities are inferred from the "Common Rules for the Teachers of the Lower Classes" of the Ratio Studiorum.

Keywords: Society of Jesus. Ratio Studiorum. Curriculum. Teaching Practices.

Resumen

En 1599 la Compañía de Jesús aprobó el Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu ("Método y sistema de los estudios de la Compañía de Jesús"). El documento describe las políticas y procedimientos sobre la administración, el plan de estudios y las prácticas de enseñanza en sus instituciones educativas en Europa y en el extranjero. Parte del Ratio detalla un programa secundario de estudios en lenguajes clásicos y literatura. El tema de este trabajo es el programa de letras humanas y el enfoque del análisis es el comportamiento profesional del profesor jesuita responsable por su implementación. Este documento identifica las acciones que un profesor jesuita habría tomado al enseñar humanidades en un colegio brasileño en los siglos 17 y 18. Sus acciones y actividades pedagógicas se deducen de las "Reglas Comunes para los Profesores de las Clases Inferiores" del Ratio Studiorum.

Palabras-clave: Compañía de Jesús. Ratio Studiorum. Plan de estudios. Prácticas de enseñanza.

Recebido em: setembro de 2017

Aprovado para publicação em: dezembro de 2017

Em 1599, a Companhia de Jesus adotou o *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu* (Plano Oficial de Educação Jesuíta), ou na sua forma abreviada o *Ratio Studiorum*, como seu manual de ensino. O documento delineou as políticas e os procedimentos que regularam a administração, os currículos e as práticas de ensino nas instituições educacionais jesuítas na Europa e no exterior. O *Ratio* não era um tratado teórico sobre educação nem um conjunto organizado de princípios derivados de um paradigma exclusivamente jesuíta. Pelo contrário, era um conjunto prático de diretrizes para estabelecer e conduzir suas escolas. Identificou os objetivos e configuração de aulas, horários e programas (McMAHON, 2004). Uma seção do *Ratio* detalhou um programa secundário de ensino de línguas e de literatura clássica que teve como objetivo preparar os noviciados da Ordem para estudos avançados de Filosofia e Teologia. Também incluiu diretrizes pedagógicas para este programa preparatório.

O *Ratio Studiorum* definiu a organização, a operação e a metodologia de ensino dos colégios jesuítas durante a maior parte do Brasil Colônia, que se estendeu desde abril de 1500, quando os primeiros exploradores portugueses pisaram na costa brasileira, até julho de 1822, quando o Brasil declarou sua independência de Portugal. O período jesuítico abrange os anos entre 1549, quando a Província Brasileira da Companhia de Jesus foi estabelecida, até 1759, quando a Ordem foi expulsa do Brasil e seus colégios fechados por decreto da Coroa Portuguesa³. Durante esse período, a rede de colégios da Companhia predominou no ensino secundário no país; poucas outras opções existiam no início do período colonial que preparavam os brasileiros para estudos universitários em Portugal.

O *Ratio Studiorum* era um documento de intenção ampla e de aplicação universal. Suas regras se aplicavam a todas as instituições jesuítas nos países europeus e suas colônias. A expectativa da Companhia era que seus administradores e professores seriam fiéis aos dispositivos do *Ratio*; que implementariam os métodos estabelecidos pelo documento. Como Farrell (1970) explica, "o *Ratio* era em boa parte um manual para professores, que deveriam seguir com cuidado as regras de suas respectivas classes" (p. 132). A expectativa de fidelidade ao *Ratio* também se aplicava aos jesuítas brasileiros. Esta obrigação sugere que as diretrizes pedagógicas foram implementadas no Brasil. Pode-se assim caracterizar o *Ratio Studiorum* como o primeiro manual pedagógico utilizado no Brasil.

A literatura que trata da Companhia de Jesus é diversa e vasta. Publicações de todos os gêneros descreveram, examinaram e comentaram sobre a Ordem de vários pontos de vista: histórico, econômico, político, sociológico, eclesiástico e assim por diante⁴. Os jesuítas têm sido caracterizados como diretores espirituais, liberacionistas, mestres de palavras e escritores, educadores, estudiosos e sábios⁵. Existe também uma quantidade prodigiosa de literatura que os jesuítas produziram desde a fundação da Companhia em 1540. Conforme observado por Grendler, "há quase setecentas páginas de documentos discutindo e debatendo a organização de escolas, currículo, prática pedagógica, livros didáticos, e assim por diante, nos anos 1540, 1550 e 1560, na magnífica e indispensável *Monumenta paedagogica* editada por Ladislaus Lukác" (2016, p.121). No que diz respeito ao ensino, o número de publicações sobre a História da Educação e os jesuítas exigiria, como observa o padre John Donohue, "uma estante de livros

³ A política e outras considerações resultaram na expulsão dos jesuítas dos seguintes países europeus e de suas colônias: Portugal (1759), França (1764), Espanha (1767) e Áustria (1770). As forças anti-jesuítas induziram o Papa Clemente XIV a emitir uma declaração papal em 1773 que suprimiu a Companhia para garantir a paz na Igreja (Farrell, 1970, p. VI).

⁴ O livro *Making of an Enterprise* (1996) de Dauril Alden é uma história da Companhia de Jesus em Portugal e do seu Império de 1540 a 1750. O trabalho exemplifica as múltiplas perspectivas que podem ser tomadas quando se descrevem as atividades dos jesuítas.

⁵ Ver *The Jesuit Mystique* (1995) de Douglas Letson e Michael Higgins para uma discussão dessas e de outras caracterizações dos jesuítas.

de bom tamanho" para acomodá-los (DONOHUE, 1963, p. x)⁶. Incluídas nesta coleção são obras que comentam sobre a História dos jesuítas no Brasil⁷. A maioria dos textos educacionais aborda, de uma forma ou de outra os conteúdos do *Ratio Studiorum*.

Este trabalho introduz o leitor ao *Ratio Studiorum* e a algumas das práticas pedagógicas que ele determinou. O tema deste estudo é o curso de Letras Humanas proposto pelo *Ratio* e o foco da análise é o comportamento profissional do jesuíta brasileiro responsável por sua implementação durante os séculos 17 e 18. O leitor é convidado a examinar as regras do *Ratio* aqui apresentadas e tirar suas próprias conclusões sobre os pormenores da Pedagogia jesuítica no Brasil colonial. A intenção é deixar as regras falarem por si mesmas e, portanto, ser uma fonte de informação sobre as práticas e os métodos de ensino do professor jesuíta. Aqueles que desejam uma explicação mais extensa da pedagogia jesuíta podem consultar as obras referenciadas na nota de rodapé cinco.

Nas seções a seguir, um breve histórico da Companhia de Jesus e de suas atividades no Brasil colonial precede uma descrição geral do *Ratio Studiorum* e do currículo humanista que propõe. A narrativa continua com uma discussão sobre vários aspectos da pedagogia prescrita pelas regras deste documento. Existem várias traduções do *Ratio*. Neste trabalho as edições em inglês de Allan Farrell (1970) e em português de Leonel Franca (1952) foram consultadas⁸. Ambas as obras basearam suas traduções no *Ratio Studiorum* de 1599 reimpresso por Pachler no Volume II da *Monumenta Germaniae Paedagogica* (1887)⁹.

A Companhia de Jesus no Brasil

Em 17 de agosto de 1534, Inácio de Loyola e seis companheiros fundaram a Companhia de Jesus quando proferiram votos religiosos de pobreza e castidade na Capela de Montmartre, localizado nos arredores de Paris. Os membros da Companhia estavam unidos em seu compromisso de converter não-cristãos e propagar as doutrinas da Igreja. Inácio e seus colegas foram ordenados em 1537 e, em 1540, o Papa confirmou a existência da Ordem, rebatizada de Companhia de Jesus, na bula *Regimini militantis ecclesiae* (*Ao Governo da Igreja Militante*). Inácio foi escolhido como o primeiro superior geral da Companhia. Em 1545, o Concílio de Trento reconheceu a Companhia de Jesus como a vanguarda da Contra-Reforma e guardiã da tradição e da moralidade cristã.

A intenção original da Companhia era educar os futuros membros da Ordem. No entanto, com a demanda por educação aumentando em toda a Europa, príncipes e cidades pediram à Ordem que abrisse suas escolas para estudantes leigos ou externos. Apoiada pelos chefes de estado da Europa, a Companhia expandiu sua influência, fundando e administrando escolas que promoviam e preservavam o espírito do catolicismo. Escolas secundárias jesuítas foram estabelecidas na Europa, no Extremo Oriente e em colônias na África e nas Américas.

⁶ Na estante estariam as obras de Casalini e Pavur (2016), Codina (2000), Donohue (1963), Duminuco (2000), Farrell (1938), Fitzpatrick (1933), Hughes (1892), Leite (1938), Pachler. (1986-94), Scaglinoe (1986) e Schwickerath (1903).

⁷ Entre os destacados autores de língua portuguesa que escreveram sobre a educação jesuíta e brasileira, particularmente no período colonial, incluem-se Franca (1952), Mattos (1958), Teixeira Soares (1961), Leite (1965), Azevedo (1976), Vasconcelos (1977), Cardim (1978), Serrão (1980 e 1982), Holanda (1989), Neves (1993), Romanelli (1993), Raymundo (1998), Ribeiro (1998) e Almeida (2000).

⁸ As regras apresentadas nas tabelas 3 a 13 deste trabalho são extraídas da tradução do *Ratio Studiorum* por Franca (1952).

⁹ *Monumenta Germaniae Paedagogica*, Berlin: A. Hofmann, 1887, p. 234-481.

A expansão da Companhia na Europa se estendeu à Portugal. O primeiro contingente de jesuítas chegou em Lisboa cinco anos após a formação da Companhia. O padre Simão Rodrigues, um dos primeiros membros da Ordem, fundou o primeiro colégio jesuíta na cidade central de Coimbra, sede da prestigiada Universidade desde 1537. Logo depois, os jesuítas estabeleceram mais dois colégios, um em Lisboa e o outro na cidade de Évora, a futuro sede de uma segunda universidade jesuíta. Dos três colégios, o de Coimbra desfrutou da maior notoriedade.

A Companhia de Jesus na Península Ibérica divulgou e defendeu as doutrinas da Igreja Católica na Espanha e Portugal e em suas colônias. A Ordem alcançou seus objetivos no exterior por meio de suas missões localizadas em terras poucas conhecidas, como nas Américas. As atividades evangelísticas dos jesuítas coincidiram com o objetivo da Coroa Portuguesa de colonizar sua nova aquisição, o Brasil. A pedido de Dom João III, o padre Manuel da Nóbrega e cinco jesuítas viajaram para as Américas com Tomé de Sousa, o primeiro Governador Geral do Brasil, para estabelecer a presença da Igreja na América Portuguesa e converter os ameríndios ao catolicismo. O contingente de seis jesuítas desembarcou em 1549 no que agora é o Estado da Bahia e criou a Província Brasileira da Companhia de Jesus.

Quinze dias depois de pousar no solo brasileiro, os jesuítas fundaram uma escola primária no centro da cidade hoje chamada Salvador da Bahia, ou simplesmente Salvador. A escola foi renomeada o Colégio dos Meninos de Jesus três anos depois. Em 1564, a escola foi transformada em um colégio com a adoção do currículo humanista do colégio jesuíta de Évora. O novo currículo do Colégio da Bahia visava preparar os filhos de colonos privilegiados para estudos superiores em Portugal. Durante o período jesuítico o colégio foi a mais conceituada escola secundária do país (VECHIA & LORENZ, 2012).

Ao longo dos próximos cinquenta anos, foram fundadas vinte e oito escolas nas missões jesuítas, com 190 membros da Companhia localizados em centros como Rio de Janeiro, São Vicente, Olinda, Recife, Porto Seguro, Ilhéus e São Paulo de Piratininga. Cerca de 358 jesuítas cumpriram seus deveres no país no final do século 17 (BANGERT, 1972, p.254). A Coroa Portuguesa expulsou a Ordem do país em 1759. O decreto afetou um total de 590 jesuítas. Trezentos e dezesseis eram sacerdotes, a maioria dos quais ativos no ensino. Em sua partida forçada a Companhia deixou suas missões, casas paroquiais, seminários e dezessete colégios que no momento atendiam a centenas de estudantes.

O *Ratio Studiorum*

Quando Inácio de Loyola faleceu em 1556 a Companhia de Jesus administrava 46 escolas na Sicília, Itália, Espanha, Portugal, Áustria, Boêmia, França e Alemanha. Em 1581, havia 150 instituições em operação e, em 1599, esse número atingira 245. O aumento constante do número de escolas jesuítas provocou um apelo por regulamentos que padronizassem sua organização e operação.

Em 1581, Claudio Aquaviva foi eleito quinto Geral da Companhia. Logo ele nomeou uma comissão de seis membros para codificar as regras que regiam as práticas nas escolas jesuítas. O grupo produziu um documento experimental em 1586, que segundo a *Nova Enciclopédia Católica* (2003) "consistiu principalmente em ensaios sobre a condução de aulas, repetições e disputas; sobre a formação de professores e os vários currículos, férias, horários, prêmios e graus". Depois, o documento foi revisado por Aquaviva, seus conselheiros e comitês das províncias jesuítas e uma

segunda edição foi redigida em 1591. Mediante esta discussão resultou na publicação da versão final do *Ratio Studiorum* em 1599. O *Ratio* foi ligeiramente modificado em 1616, mas de forma insignificante, e o documento permaneceu em vigor até a supressão da Companhia em 1773. Houve uma tentativa malsucedida de atualizar o documento em 1832.

O *Ratio Studiorum* foi o produto dos esforços de administradores e de professores experientes de mais de uma centena de colégios jesuítas em Espanha, Portugal, Itália, Bélgica e Alemanha. Incorporou ideias da Quarta Parte das *Constituições* jesuítas, inspirado por Inácio de Loyola; do plano de Jerome Nadal, o *Ordo Studiorum*, para a colégio em Messina, na Sicília; e o documento de James Ledesma referente ao Colégio Romano, *De Ratione et Ordine Studiorum Collegii Romani* (Farrell, 1970, p.i.).

O *Ratio* consistia de trinta regras que regulamentavam os vários componentes do sistema educacional jesuíta. Promoveu um sistema educacional que oferecia instrução em três faculdades ou áreas curriculares. A primeira foi a Faculdade de Letras, isto é, de estudos da linguagem clássica, que constava de cinco disciplinas: três classes de Gramática latina e grega, uma classe de Humanidades que enfatizava a poesia, e uma classe de retórica. O curso de Humanidades foi seguido por um programa de estudos de três anos de Filosofia e, depois, um curso de quatro anos de Teologia dirigido para os candidatos ao sacerdócio. Este sistema tripartido aderiu à uma sequência lógica: os estudos humanistas prepararam os alunos para o curso de Filosofia baseado em conceitos aristotélicos, que por sua vez os preparava para o estudo culminante da Teologia baseado na *Summa Theologica* de Tomás de Aquino. O curso de Humanidades foi denominado *Studia Inferiora* e oferecido nos colégios jesuítas, enquanto os programas de Filosofia e Teologia, nomeados *Studia Superiora*, eram da responsabilidade das universidades.

O *Ratio Studiorum* abordou quatro áreas de interesse quanto aos três cursos: administração escolar, currículo, método de ensino e disciplina. Ele descreveu a "função, relacionamento e deveres de funcionários como o provincial, o reitor e os prefeitos de estudos". Delineou os currículos dos três níveis de ensino e sua "seqüência e gradação de cursos de estudo em Teologia, Filosofia e Humanidades". Sugeriu métodos de "condução de lições e exercícios na sala de aula", e estabeleceu "normas de conduta, regularidade e boa ordem" exigidas dos alunos (FARRELL, 1970, p. X).

A **Tabela 1** apresenta as 30 regras do *Ratio* e seus 461 artigos ou diretivas. As regras da Seção I aplicam-se aos superiores que administram as instituições educacionais, tal como o provincial, o reitor e o prefeito de estudos. A Seção II discute o conteúdo, as responsabilidades e os métodos de ensino da Faculdade de Teologia. A Seção III trata do conteúdo e dos deveres da Faculdade de Artes, ou seja, Filosofia. A Seção IV diz respeito ao conteúdo e a pedagogia das cinco classes do curso de Humanidades, e a Seção V lista algumas regras adicionais.

Tabela 1: Regras do *Ratio Studiorum*

<p>I. Regras do Provincial (1-40) Regras do Reitor (1-24) Regras do Prefeito de Estudos (1-30)</p>
<p>II. Regras Comuns dos Professores das Faculdades Superiores (1-20) Regras especiais para professores das faculdades superiores:</p> <ol style="list-style-type: none"> Escritura (1-20) Hebraico (1-5) Teologia (1-14) Casos de Consciência (1-10)

III. Regras do Professor de Filosofia:

- a) Regras Gerais (1-8)
- b) Cursos, Textos, etc. (9-20)
- c) Filosofia Moral (1-4)
- d) Matemática (1-3)

IV. Regras do Prefeito de Estudos Inferiores (1-50)

Regras para os exames escritos (1-11)

Regras para prêmios (1-13)

Regras comuns para os professores das classes mais baixas (1-50)

Regras especiais para os professores das classes mais baixas:

- a) Retórica (1-20)
- b) Humanidades (1-10)
- c) Gramática I (-10)
- d) Gramática II (1-10)
- e) Gramática III (1-9)

V. Regras para os Escolásticos da Companhia (1-11)

Instrução para aqueles envolvidos na revisão de dois anos da Teologia (1-14)

Regras para o Assistente do Professor ou Beadle (1-7)

Regras para Estudantes Externos (1-15)

Regras para as Academias (veja abaixo):

- a) Regras gerais (1-12)
- b) Regras do Prefeito (1-5)
- c) Academia de Teologia e Filosofia (1-11)
- d) Moderador da Academia (1-4)
- e) Academia de retórica e Humanidades (1-7)
- f) Academia de Estudantes de Gramática (1-8)

O Currículo Humanista

O movimento humanista tem sua origem no norte da Itália e dali espalhou-se para a Europa Ocidental. Os estados-cidade de Florença, Nápoles, Roma, Veneza e Gênova surgiram como centros de valores humanísticos que priorizaram a liberdade intelectual e a expressão individual. Do século 14 ao 16 o interesse pelo estudo da cultura e literatura da antiguidade assumiu maior importância e chegou a substituir o enfoque formal e literal do ensino escolástico.

O Humanismo Renascentista deu expressão ao "antigo ideal pedagógico de *humanitas*" que valorizava o orador que possuía um caráter virtuoso (CASALINI E PAVUR, 2016, p.36). Atribuiu grande importância à eloquência nas comunicações escritas e orais e tornou-se o Ideal abraçado pela Companhia de Jesus. O padre John Donohue escreve que o objetivo dos estudos literários no *Ratio Studiorum* era de desenvolver homens que demonstraria uma "cultura intelectual" que na época foi definida em "termos renascentistas da eloquência latina". Ele observa que "a eloquência perfeita" tinha conotações amplas e admiráveis para os educadores do Renascimento. Supunha-se naquela época que "um indivíduo podia fortalecer seu caráter e

inteligência ao alcançar essa eloquência". A lógica, então, ditou que "para os pedagogos do século XVI o modo desejado de comunicação era o estilo latino e o bom estilo latino era aquele que imitava Cícero com a maior perfeição possível - usava suas frases na forma como ele usou e com o mesmo ritmo". Donohue afirma ainda que esse conceito de "cultura" caracterizava as obras clássicas mediterrâneas como "modelos absolutos de expressão" (DONOHUE, 1963, p.120, 124).

Se Cícero (106-43 a.C.) proporcionou a substância do programa literário, Quintiliano (35-100 d.C.) forneceu a metodologia de ensino. Nos *Institutos de Oratório* de Quintiliano, o eminente pedagogo romano definiu a retórica humanista quando escreveu: "*Sit ergo nobis orator quem constituimus é qui a M. Catone finitur vir bonus dicendi peritus*" ("Portanto, que o orador seja para nós como foi para Marcus Cato: um bom homem falando bem"). Para Quintiliano, as palavras "dicendi peritus" caracterizavam a retórica como a arte de persuasão eloquente dominada por um homem honesto e justo. Quintiliano ficou fiel a este dito quando sugeriu uma metodologia de ensino que chegou a ser proposta no *Ratio Studiorum* (KÖCH, 1939, p. 200). Gabriel Codina comemora essa fusão no seguinte parágrafo:

Quintilianus Noster, o mestre dos pedagogos do Renascimento, representou o ideal supremo da eloquência. A retórica tornou-se a arte das artes e a ciência das ciências, e o culminar de todos os estudos literários. Para Erasmus, como para todos os humanistas, o estudo da Gramática, latina e grega estava orientado para ao domínio da eloquência. Não é estranho, então, que os jesuítas propusessem a eloquência como o ideal de sua formação -- *eloquentia perfecta* como é chamada no *Ratio Studiorum* (2000, p.40).

Os humanistas também defenderam a expansão do currículo secundário para incluir educação física e mais estudos de matemática e linguagem. Acreditaram que essas disciplinas contribuíram para a formação do caráter moral. Tal foi o fenômeno que "quase todos os humanistas destacados fizeram recomendações para a reforma da educação, conforme em parte as ideias de Cícero, Quintilian, Plutarco e Basilius". Deste modo, o ideal do produto final do processo educativo foi o indivíduo que demonstra *sapientia* e fala com *eloquentia*; ou seja, um orador informado que persuade aos outros por meio do uso ágil e elegante da linguagem (RÜEGG, 1992, p. 451-452).

Embora existam discussões referentes as influências sobre Loyola, os jesuítas, quando desenvolveram o *studia inferiora*, as escolas humanísticas florescentes em Lovaina, Liège e outras cidades, provavelmente forneceram muitas das ideias propostas no *Ratio*. Neste ponto, vários jesuítas responsáveis pela elaboração do documento provierem da Holanda e, portanto, estavam familiarizados com os métodos de ensino promovidos por Johannes Sturm (1507-1589), o renomado educador de Estrasburgo que fundou uma escola bem conhecida pela sua orientação humanista. O sentimento humanista também prevaleceu na Universidade de Paris onde estudaram Inácio e seus primeiros companheiros. Ao levar em consideração essa possibilidade, pode-se afirmar que o *Ratio Studiorum* refletiu o espírito e as melhores práticas educativas de sua época.

O currículo humanista do *Ratio Studiorum* aderiu a tradição renascentista de priorizar o estudo da Gramática e literatura latina e grega. O *Ratio* detalhou um currículo de seis anos para o *studia inferiora* - estendida a sete anos por algumas instituições - que teve como objetivo

aprofundar o conhecimento e as habilidades associadas com a linguagem, a literatura e a oratória. A sequência das cinco classes que compõem o currículo foi a seguinte: um ano cada para a Gramática Inferior, Média e Superior; seguido por um ano de Humanidades e depois de dois anos de Retórica (QUICK, 1900, p. 40).

Farrell (1938, p. 344-345) resume o conteúdo das classes da *studia inferiora*. O estudo da Gramática baseou-se em gramáticos antigos e medievais como Donatus e Priscian. A classe de *Gramática Inferior* introduziu os fundamentos do latim aos alunos, referindo-se às letras de Cícero e aos conceitos básicos de grego para um principiante. A classe de *Gramática Média* expandiu o conhecimento do latim por meio da leitura das cartas de Cícero a seus amigos e os poemas mais acessíveis de Ovídio. O grego foi ensinado usando catecismos escritos nessa língua e a *Tabula* do filósofo Cebes de Tebas. A *Gramática Superior* aprofundou o conhecimento do aluno sobre figuras de linguagem, expressões idiomáticas e prosódia. No primeiro semestre, o aluno leu as cartas de Cícero - *Aos Amigos*, *Ao Atticus*, *Ao Irmão Quintus* - e seleções das *Epístolas* e *Elegies* de Ovídio. No segundo semestre, ele leu as obras de Cícero: *No Amizade*, *Sobre a Velhice* e os *Paradoxos Estóicas*. O estudo de poesia incluía seleções das obras de Catulo, Tibulo e Propertius, leituras selecionadas dos *Eclogos* e *Georgics* e os livros cinco e sete da *Eneida* de Virgílio. O estudo avançado de grego centrou-se nas oito partes da língua, seguido de leituras das obras de São João Crisóstomo, Aesop e Agapetus, entre outras.

A classe de Humanidades lançou as bases para o estudo da retórica pelo aprofundamento do conhecimento da linguagem. A Regra 1 do *Ratio* para o professor de Humanidades definiu em poucas palavras a natureza do curso: "A finalidade desta aula é preparar, nos que terminaram a Gramática, o terreno à eloquência. Para este fim, concorrem três meios: o conhecimento da língua, alguma erudição e uma introdução breve aos preceitos da Retórica" (FRANCA, 1952, p. 80; FARRELL, 1970, p. 79). No primeiro semestre, o vocabulário foi expandido e a expressão aprimorada por meio de leituras diárias das obras de Cícero, especialmente aquelas que abordavam as características de uma vida virtuosa. A erudição foi adquirida por meio do estudo das obras históricas de César, Salústio, Livio e Cúrcio. Uma apreciação da poesia foi promovida por meio da leitura da *Eneida* de Virgílio, das *Odas* de Horácio e elegias, epigramas, poemas de autores aprovados. No segundo semestre, a Filosofia Moral de Cícero foi substituída por suas orações mais fáceis, como *Pro Lege Manilia*, *Pro Archia Poeta*, *Pro Marcello* e outras orações pronunciadas na presença de César. Para a língua grega, o aluno adquiriu uma apreciação da sua prosa lendo as obras de João Crisóstomo, Basil, Isócrates, Platão e Plutarco. Em relação à poesia grega, os alunos exploraram as obras de Homero, Phocylides, Gregório de Nazianzus e outros. A classe de Humanidades concluiu com a preparação do aluno para o estudo da retórica por meio da introdução das regras *De Arte Rhetorica* de Cyprien Soarez.

A terceira e última classe do currículo humanista abordou "a arte da retórica, a afinação do estilo e a erudição". O objetivo da classe de retórica era desenvolver a capacidade de auto expressão do aluno por meio da oratória e da poesia – mas sempre com preferência à primeira. Concentrava-se na compreensão das orações de Cícero e nos conhecimentos de Aristóteles e Quintiliano. O estilo retórico seguiu o modelo de Cícero e os de alguns historiadores e poetas. A classe também cultivou a erudição por meio do estudo das composições literárias de reconhecidos autores clássicos. O estudo do grego continuou com a leitura de Platão, Tucídides, Homero, Hesíodo, Pindar e as obras cristãs de Basílio, Crisóstomo e Gregório de Nazianzus.

É interessante notar que Farrell (1938) considera que as classes inferiores constituem um currículo restrito devido à sua ênfase nas línguas e na literatura clássica. Ele observa que esta limitação pode ser atribuída à falta de estudos organizados das línguas vernáculas, da história moderna e das ciências. Ele também aponta para a seguinte crença fundamental ao conceito de educação dos jesuítas: "O estreitamento proposital do currículo se baseia na convicção de que o objetivo da educação era preservar e transmitir o patrimônio cultural. Também se baseia num princípio pedagógico que enfatizou alguns ramos primários do conhecimento e de tratar os outros como subordinados e acessórios, ou seja, como contribuindo para uma compreensão e domínio mais completo dos estudos primários" (p. 348).

Pedagogia e o Jesuíta Brasileiro

Era esperado que os professores jesuítas implementassem a pedagogia delineada na *studia inferiora*. Isso garantiria a uniformidade nos currículos e nos métodos de ensino nos programas dos colégios mantidos pela Ordem. Cinquenta diretivas sobre o currículo e as práticas de ensino constituíam as "Regras Comuns aos Professores das Classes Inferiores", isto é, Gramática, Humanidades e retórica. Esta seção do *Ratio* apresentou regras gerais que foram pormenorizadas nas 59 "Regras Particulares dos Professores das Classes Inferiores". O jesuíta brasileiro teria se comportado de acordo com as políticas e diretrizes ditadas por ambos os conjuntos de regras. Se aceita a premissa de que o professor jesuíta implementou a pedagogia do *Ratio Studiorum* no Brasil, sua conduta dentro e fora da sala de aula pode ser deduzida de uma leitura do documento, em particular das Regras Comuns porque se aplicam a todos os professores jesuítas independentemente da sua área de especialização.

O que, então, pode ser afirmado sobre a atuação do jesuíta que ensinava num colégio no Brasil colonial? Em primeiro lugar, a progressão normal do treinamento jesuíta foi de dois anos de noviciado, dois anos de estudo das Humanidades, três anos de estudo da Filosofia, três anos de experiência docente, três anos de estudo teológico, ordenação sacerdotal, um ano adicional de estudo da Teologia e um "terceiro ano de estágio vigiado chamado 'terciência'". Do ponto de vista da Companhia, a experiência docente contribuiu para a maturidade intelectual e religiosa do jovem jesuíta e preparou-o para os desafios que ele enfrentaria em seu treinamento (FARRELL, 1970, p.122)¹⁰. O jovem jesuíta teria seguido essa progressão na sua carreira e concluído seu estudo de Filosofia, provavelmente em Coimbra, antes de se tornar um membro do corpo docente do colégio brasileiro. Teria tido pouca preparação formal para o magistério.

No Brasil o professor jesuíta assumiu suas responsabilidades no interior de um currículo humanista de sete anos que seguia a configuração do Colégio de Évora, como apresentado na Tabela 2.

¹⁰ A exigência da Companhia de que os jesuítas que se preparam para o sacerdócio ensinassem em um colégio foi estabelecida pelo Superior Geral Diego Laínez em 1560 como uma solução para a falta de professores nas instituições jesuítas. Havia 91 escolas jesuítas na Europa na época da morte de Laínez (Grendler, 2018, p. 20).

Tabela 2: *Studia Inferiora*¹¹

Ano	Materia	Conteúdo
7	Retorica	Livro 6 do <i>Aeneid</i> de Virgílio Livro 3 dos <i>Odes</i> de Horácio <i>O De Oratore</i> e <i>De Lege Agraria</i> de Cícero Os diálogos de Luciano
6	Humanidades	<i>O De Bello Gallico</i> de César O livro 10 do <i>Aeneid</i> de Virgílio Grammatica Grega
5	Grammatica: 1ª Classe	Livro 5 do <i>Aeneid</i> <i>Rhetorica</i> de P. Cipriano Soares Os discursos <i>post reditum</i> de Cícero
4	Grammatica: 2ª Classe	<i>O De Officiis</i> de Cícero O <i>Epistulae ex Ponto</i> de Ovidio
3	Grammatica: 3ª Classe	<i>O De Tristibus</i> de Ovidio As <i>Cartas</i> de Cícero
2	Grammatica: 4ª Classe	As <i>Cartas da Familia</i> de Cícero Segunda parte da Grammatica Latina
1	Grammatica: 5ª Classe	Fundamentos da Grammatica latina com uma selectas das <i>Cartas</i> de Cícero

Os currículos de vários colégios, entretanto, diferiam ligeiramente do da Évora durante o século 17. No colégio da Bahia, o estudo da língua grega foi substituído pelo estudo do que era chamado pitorescamente de “grego da terra”, isto é, a língua tupi falada pelos indígenas que habitavam a costa quando os portugueses chegaram pela primeira vez ao Brasil. O ensinamento de Tupi nos colégios estava de acordo com a missão dos jesuítas de converter os ameríndios ao cristianismo (LEITE, T1, p. 72, 75).

O jesuíta brasileiro familiarizou-se com o curso de letras humanas quando era estudante. Tendo observado seus professores, tinha apenas uma noção limitada de como se comportar na sala de aula. Assim, era essencial que ele recebesse orientação em relação aos seus deveres de ensino. Para ajudá-lo, a 18ª Regra do Reitor exigia reuniões mensais ou bimestrais entre o professor e o reitor para discutir as Regras Comuns e Particulares do *studia inferiora*. Além disso e de acordo com a 9ª Regra do Prefeito de Estudos Inferiores, um professor experiente foi designado como um mentor para o jovem jesuíta. Eles se reuniram três vezes por semana durante uma hora para conferir sobre as técnicas pedagógicas relacionadas às preleções, ditado, trabalhos de escrita e “outros deveres de um bom professor”.

O jovem jesuíta enfrentou vários desafios ao cumprir suas responsabilidades do magistério. Havia uma expectativa que ele atuasse profissionalmente com seus alunos tanto no interior como fora da sala de aula. Isso exigia de sua parte conhecimentos e habilidades com respeito ao relacionamento interpessoal, manejo em sala de aula, metodologia de ensino, e familiaridade com um “esquema dedicado ao ensino das obras clássicas antigas por meio de ‘preleções’, copiosos exercícios escritos e orais, repetições sistemáticas e a exploração ampla do instinto competitivo dos jovens” (DONOHUE, 1963, p.136). O professor brasileiro teria procurado seus superiores e colegas e consultado as regras do *Ratio* quanto as práticas e estratégias instrucionais ou exercícios, que deveria adotar com seus alunos.

¹¹ Carvalho, 1972, p.143

Práticas

O *Ratio Studiorum* descrevia as práticas que o professor jesuíta deveria seguir dentro e fora de sala de aula. As regras abordavam questões operacionais, comportamento profissional e o manejo da sala de aula. Algumas das práticas mais notáveis do *Ratio* estão relacionadas nas seções a seguir.

Organização da Classe

No colégio jesuíta, um professor foi designado como responsável por um grupo de alunos e os acompanhou durante a sequência de seus estudos. O jesuíta brasileiro teria, portanto, contato contínuo com seus alunos ao longo dos anos. Essa interação prolongada contribuiu para o desenvolvimento intelectual, moral e espiritual dos alunos.

O *Ratio Studiorum* defendeu a separação de alunos em grupos chamados coortes, cada um dos qual foi designado seu próprio professor e regentes. Quando o número de alunos era muito grande, como nas classes de Gramática, a coorte foi subdividida em *decuriae*, ou grupos de dez alunos, com um aluno nomeado como seu *decurion* o “capitão”. Este estudante ajudou o professor “ouvindo as lições de memória dentro de seu grupo (recitando sua própria lição para o professor), recebendo os exercícios escritos e executando outros deveres designados. Os capitães foram trocados a cada duas semanas ou a cada mês” (FARRELL, 1938, p. 161). Este método de trabalhar com muitos estudantes originou-se com os Irmãos da Vida Comum na Holanda e chegou à Universidade de Paris e aos jesuítas, por meio do Colégio de Montaigu (CODINA, 2000, p.36). O professor jesuíta no Brasil teria organizado *decuriae* quando necessário.

As Regras Comuns 19 e 36 para Professores das Classes Inferiores tratam dos capitães das *decuriae* e listam algumas de suas responsabilidades. As regras exigiam que os decuriões e os alunos demonstrem domínio dos conteúdos das lições anteriores. As ações gerais a serem tomadas pelo professor são sugeridas nas regras apresentadas na **Tabela 3**.

Tabela 3: Decuriões¹²

Regra 36 - Decuriões - Nomeie também o professor os decuriões que deverão tomar as lições de cor, recolher os exercícios para o professor, marcar num caderno os erros de memória, os que não trouxeram o exercício, ou não entregaram as duas cópias e observar tudo o mais que lhes indicar o Professor.
Regra 19 - Exercício de memória - Os alunos recitem as lições aprendidas de cor aos decuriões, de cujo falará abaixo na regra 36, a não ser que, na Retórica, se prefira outro costume. Os decuriões recitem-nas ao decurião chefe ou ao professor; todos os dias o professor mande recitar alguns, quase sempre dos mais desidiosos e dos que chegaram tarde à aula, afim de provar a fidelidade dos decuriões e manter a todos no cumprimento do dever. Aos sábados recite-se em público o que foi aprendido de cor numa ou em várias semanas; terminado um livro, poderão escolher-se alguns que da cátedra o recitem desde o princípio, não sem prêmio

¹² Franca, 1952, p. 74 e 76; Farrell, 1970, p. 64-65 e 69

Horário

O professor brasileiro seguia o horário geral prescrito no *Ratio Studiorum*. Ele teria ensinado as classes de Gramática inferior, média e alta, bem como as aulas de Humanidades por duas horas e meia tanto de manhã como de tarde, todos os dias, menos os Domingos. Para a classe de retórica, dedicou-se à duas horas de instrução tanto de manhã como de tarde, de segunda a sábado (FARRELL, 1938, p. 346-347). A Regra Comun 14 estipulou que “conservar-se á sempre a mesma, para que fique determinado que horas se empregarão em cada exercício”¹³.

O *Ratio* estabeleceu a divisão de tempo na Regra 2 para cada uma das cinco classes inferiores¹⁴. O professor jesuíta teria assiduamente preparado e cuidadosamente organizado as diferentes partes de sua lição, conforme exigido para cada classe. A **Tabela 4** apresenta como exemplo o horário de uma aula do professor da retórica.

Tabela 4: Horário de uma Lição de Retórica¹⁵

Regra 2 - Divisão do tempo - A divisão do tempo é a seguinte: Na primeira hora da manhã, tome-se a lição aprendida de cor, corrija o professor os exercícios escritos recolhidos pelos decurções, prescreva no intervalo aos alunos vários trabalhos que serão mencionados abaixo na regra 5; por fim repasse a última preleção. ↔ A segunda hora matutina seja consagrada à preleção, ou dos preceitos, se de tarde se explica a oração, ou da oração se de tarde se explicam os preceitos, contanto que se mantenha constante a ordem estabelecida no princípio do ano; siga-se a repetição, dê-se, quando necessário, o assunto do trabalho escrito, prosa ou poesia; se sobrar ainda algum tempo, seja empregado no desafio ou na revisão do que se escreveu na primeira hora. ↔ Na primeira hora da tarde, depois da repetição da anterior haja nova preleção ou de oração, se de manhã se expuseram os preceitos, ou vice-versa. Siga-se a repetição habitual. ↔ Na segunda hora vespertina, depois da repetição da última lição de autor grego, explique-se e tome-se a nova lição; o tempo restante seja empregado ou na correção dos exercícios gregos, ou na sintaxe e métrica grega ou no desafio de grego. ↔ No feriado semanal explique-se e repita-se um historiador ou poeta ou algum ponto de erudição. ↔ No sábado, após uma revisão breve de toda a semana, de manhã, na primeira hora, explicação de um historiador ou poeta (1832: omite-se poeta); na última hora, preleção ou declamação de um aluno, ou assistência a atos escolares semelhantes na aula de Humanidade, ou desafio. ↔ De tarde, explicação de um poeta e repetição de grego. Se em algum lugar, além das duas horas, matutinas e vespertinas, se acrescentar mais meia hora de aula, seja ela empregada num historiador ou poeta. Onde se fizer assim, as preleções de sábado ou não se distingam das dos outros dias, ou, em lugar delas, haja uma repetição mais completa e um desafio.

¹³ Franca, 1952, p. 74; Farrell, 1970, p. 64

¹⁴ Encontra-se os horários nas seguintes páginas da obra de Franca (1952): Gramática Inferior 86; Gramática Média 84-85; Gramática Superior 83; Humanidades 81; Retórica 78.

¹⁵ Franca, 1952, p. 78; Farrell, 1970, p. 73-74.

Instrução Religiosa

Uma característica do colégio jesuíta foi sua ênfase no treinamento moral e religioso. Importância foi dada não apenas aos estudos acadêmicos, mas também à “ciência e prática de uma vida cristã e religiosa” (QUICK, 1900, p. 47). De acordo com as Regras Comuns 2 à 4, o professor brasileiro começou cada aula com uma oração e o sinal da cruz. Ele monitorou seus alunos para garantir que eles frequentassem a missa durante a semana e nos feriados, e pediu que eles recebessem a Comunhão e que se confessassem frequentemente. Ele também teve o cuidado de ensinar doutrina de uma maneira que permitiu que eles recitassem a mesma durante as aulas de Gramática. As Regras 5 à 10, apresentadas na Tabela 5, lhe orientaram quanto a educação religiosa. Note-se que a Regra 10 estipula que o professor brasileiro deve ser um bom exemplo para seus alunos e que deve rezar por eles, assim demonstrando as virtudes cristãs que a Companhia valorizava.

Tabela 5: Ensino e Práticas Religiosas ¹⁶

Regra 5 - Exortação - Haja também às sextas-feiras ou aos sábados, por meia hora, uma exortação espiritual ou explicação da doutrina. Exortem-se principalmente os alunos à oração quotidiana a Deus, de modo particular à recitação diária do terço ou do ofício de Nossa Senhora; ao exame vespertino de consciência, à recepção frequente e digna dos sacramentos da Penitência e da Eucaristia, à fuga dos maus hábitos, ao horror ao vício e finalmente à prática das virtudes dignas do cristão.
Regra 6 - Colóquios espirituais. - Nas conversas particulares inculque também as práticas de piedade, de modo, porém, que não pareça querer aliciar alguém a entrar na nossa Ordem; se encontrar alguém com esta inclinação, encaminhe-o para o confessor.
Regra 7 - Ladinhas e devoção a Nossa Senhora - Nos sábados à tarde mande rezar na aula as ladinhas de Nossa Senhora, ou, se for costume, levá os alunos à igreja para ouvi-las com os outros; aos seus discípulos aconselhe com empenho a devoção à mesma Virgem e ao Anjo da Guarda.
Regra 8 - Leitura espiritual - Recomende vivamente a leitura espiritual, sobretudo da vida dos santos. Pelo contrário, quanto aos escritores impuros nos quais se encontre algo que possa ser nocivo aos bons costumes, não só se abstenha pessoalmente de explicá-los à juventude mas ainda se esforce com todo empenho para apartar da sua leitura aos discípulos também fora da aula.
Regra 9 - Confissão - Procure que ninguém omita a confissão mensal; prescreva que entreguem todos aos Confessores um cartão com o próprio nome, cognome e classe para que depois, pela verificação dos cartões, saiba os que faltaram.
Regra 10 - Rezar pelos alunos - Ore muitas vezes a Deus pelos seus discípulos e os edifique com os exemplos de sua vida religiosa.

Ambiente de Aprendizagem

O *Ratio Studiorum* expressou a preocupação da Companhia sobre o decoro em sala de aula. Deu ao professor uma orientação sobre como manter um ambiente propício à aprendizagem. As Regras Comuns 38 e 41 a 44, apresentadas na Tabela 6, forneceram sugestões sobre procedimentos e rotinas de sala de aula. Seguindo estes diretrizes, o jesuíta brasileiro regularmente registrava a presença dos alunos na aula e desencorajava o absenteísmo. Criou um ambiente no qual os alunos se mantinham silenciosos e bem-comportados e tomava medidas para evitar interrupções que resultassem em perda de tempo dedicada à instrução. Estes incluíam estudantes vagando, mudando de lugar ou deixando a sala de aula sem permissão. Se os alunos precisassem deixar a sala de aula

¹⁶ Franca, 1952, p. 73-74; Farrell, 1970, p. 62-63

para confissão, o professor exigia que eles fizessem um de cada vez, a menos que tivessem permissão para sair em grupo. Ele também desencorajou os estudantes de passarem notas, o que parece ter sido um problema recorrente que merece sua própria regra.

Tabela 6: Ambiente de Aprendizagem ¹⁷

Regra 38 - Pauta dos alunos - No começo do ano entregue ao Prefeito uma pauta dos alunos dispostos em ordem alfabética; no decorrer do ano seja ela revista para que se introduzam as modificações necessárias; e com especial cuidado pouco antes do exame geral. Nesta pauta classifique os alunos em categorias, a saber, ótimos, bons, medíocres, duvidosos, insuficientes (para
Regra 41 - Frequência - Exija dos alunos a máxima frequência e, por isto, não os deixe ir à jogos ou espetáculos públicos. Se alguém faltar, mande-lhe à casa um condiscípulo ou outra pessoa e, se não apresentar escusas aceitáveis, seja castigado pela ausência. Os que, sem causa, faltarem muitos dias, enviem-se ao Prefeito e não se recebam sem seu consentimento.
Regra 42 - Dia das confissões - Para que não se omita nenhum dever escolar por motivo das confissões, envie-se, a princípio, três, ou, onde necessário, mais alunos a confessarem; depois, à medida que vai voltando cada qual, sejam mandados um ou dois dos outros, a menos que, em algum lugar, seja costume irem à confissão todos juntos.
Regra 43 - Silêncio e modéstia - Procure com particular cuidado que observem todos o silêncio e a modéstia: não passem pela aula, não mudem de lugar, não passem de um lado para outros presentes ou bilhetes, não saiam da aula, principalmente dois ou mais ao mesmo tempo.
Regra 44 - Saída da aula - Evite-se que sem razão sejam os alunos chamados por quem quer que seja, principalmente durante a preleção. Para que se evite na saída o atropelo e a gritaria, saiam primeiro os que se acham mais perto da porta, enquanto o professor assiste na cátedra ou à porta; ou de outra maneira se organize a saída de todos modestos e silenciosos.

A disciplina escolar foi essencial para manter um ambiente propício para a aprendizagem. O *Ratio* exigiu que o jesuíta brasileiro disciplinasse os alunos quando eles se comportaram mal. O comportamento inapropriado dos alunos foi comum nos colégios europeus na época e era uma preocupação da Ordem. Os alunos geralmente estavam descontrolados em suas ações e às vezes turbulentos, resultando muitas vezes na punição física por suas transgressões. A Companhia tomou nota deste fato e reconheceu a importância da disciplina. Identificou as ações consideradas inaceitáveis, mas adotou uma estratégia sóbria e benigna em quando a questões comportamentais. De acordo com o entendimento de Quick sobre essa política "os castigos deveriam ser tão leves quanto possível e o mestre deveria fechar os olhos às ofensas quando ele pensasse que poderia fazê-lo de forma segura". Ele acrescenta, no entanto, que "as ofensas graves deveriam resultar num castigo corporal, realizado por um 'corrector' que não era membro da Ordem" (1868, p. 480). Os professores jesuítas foram aconselhados a motivar os alunos não por castigo, mas por um apelo a sua honra e por prêmios que reconhecem seu sucesso escolar.

O jesuíta brasileiro teria seguido a política da Companhia e obedecido o Prefeito quanto a disciplina escolar. Teria sido justo e moderado em suas reações aos alunos malcomportados. As Regras Comuns da **Tabela 7** enfatizam a importância da disciplina escolar e as ações gerais que o professor jesuíta devia tomar. Ações específicas foram identificadas nas Regras Particulares para cada uma das classes inferiores.

¹⁷ Franca, 1952, p. 77; Farrell, 1970, p. 70-71

Tabela 7: Disciplina Escolar ¹⁸

<p>Regra 11 - <i>Obediência ao Prefeito</i> - Obedeça ao Prefeito dos estudos ginasiais em tudo quanto se refere à disciplina escolar. Sem o consultar não admita ninguém na aula ou dela o expulse ou escolha um livro para preleção na aula ou desculpe alguém dos exercícios da aula.</p>
<p>Regra 39 - <i>Cuidado da disciplina</i> - Nada mantém tanto a disciplina quanto a observância das regras. O principal cuidado do professor seja, portanto, que os alunos não só observem tudo quanto se encontra nas suas regras, mas sigam todas as prescrições relativas aos estudos: o que obterá melhor com a esperança da honra e da recompensa e o temor da desonra do que por meio de castigos físicos.</p>
<p>Regra 40 - <i>Modo de castigar</i> - Não seja precipitado no castigar nem demasiado no inquirir; dissimule de preferência quando o puder sem prejuízo de ninguém; não só não inflija nenhum castigo físico (este é ofício do corretor) mas abstenha-se de qualquer injúria, por palavras ou atos não chame ninguém senão pelo seu nome ou cognome; por vezes é útil em lugar do castigo acrescentar algum trabalho literário além do exercício de cada dia; ao Prefeito deixe os castigos mais severos ou menos costumados, sobretudo por faltas cometidas fora da aula, como a ele remeta os que se recusam aceitar os castigos físicos.</p>

Relacionamento com os Alunos

As Regras Comuns 47 à 50 para os Professores das Classes Inferiores estabelecem parâmetros ao respeito da relação entre o jesuíta brasileiro e seus alunos. A Regra 50 estabeleceu a disposição geral que o professor brasileiro deve demonstrar quando afirma, "deixe o professor, com a graça de Deus, ser minucioso e perseverante de todos os sentidos, interessado no progresso de seus alunos em suas lições diárias e outros exercícios literários". Ele não deve considerar ninguém com desprezo, mas auxiliar os esforços dos pobres tanto quanto os dos ricos. Ele deve procurar o avanço de todas e cada uma de suas acusações. As demais regras eram mais específicas no relacionamento professor-aluno.

O jovem brasileiro entendeu bem o que era e não era permissível ao interagir com seus alunos. A Regra 47 instruiu-o a evitar de "Não se mostre mais familiar com um do que com outro" e discutir apenas assuntos importantes com os alunos em espaços abertos, como na "à porta, no pátio, ou na portaria do colégio" e não na aula. A Regra 49 advertiu-o para não abusar de sua posição de professor e usar um aluno como "um amanuense", como no caso de pedir que ele "realizasse uma tarefa que não estivesse relacionada com os exercícios escolares". Também não era permitido "que os alunos gastassem dinheiro de qualquer maneira para a escola". A Regra 48 encorajou o professor a informar o reitor quando julgava que um estudante precisava um tutor¹⁹.

¹⁸ Franca, 1952, p. 74 e 77; Farrell, 1970, p. 63 e 70

¹⁹ Franca, 1952, p. 77-78; Farrell, 1970, p. 71-72

Exercícios

A pedagogia jesuíta tem sido caracterizada como "ativa" e "interativa" no estilo da Universidade de Paris. A palavra "exercício" caracteriza esse enfoque e define em grande parte a pedagogia jesuíta (CODINA, 2000, p. 37-38). Os exercícios foram atividades estruturadas que proporcionavam oportunidades para que os alunos interagissem uns com os outros e com seus professores. Os exercícios distinguiram-se por sua variedade. Houve "disputas, debates, repetições que foram realizadas diariamente, semanalmente, mensalmente e anualmente, exercícios escritos em imitação do autor sendo lido, correção pública dos exercícios, ensaios originais nas séries superiores. Para motivar os estudantes, os jesuítas também marcaram "concursos dentro e entre aulas, prêmios, peças de teatro, concursos e academias" (FARRELL, 1970, p.VIII-IX). Os exercícios objetivaram evitar lições monótonas por motivar o aluno a utilizar todas as faculdades mentais – memória, imaginação, raciocínio, contribuindo assim para o treinamento harmonioso do seu intelecto²⁰. Schwickerath (1903) descreve como os exercícios foram incorporados nas lições diárias assim:

Uma breve recitação da lição da memória é seguida pela repetição minuciosa da preleção do dia anterior, ou dos preceitos da retórica, da poesia e Gramática. Depois começa o principal trabalho do dia, a preleção do novo texto do autor, seguida de uma breve repetição. Tempo é dedicado todos os dias à escrita de um breve tema; e finalmente as competições fazem que os alunos sejam mais atentos, no caso de os alunos ficarem entediados com os outros exercícios²¹

O jesuíta brasileiro teria empregado essas estratégias instrucionais em suas lições conforme a orientação do *Ratio*.

Preleção

O método de instrução preferido dos jesuítas foi a *praelectio* ou, em português, a "preleção". Nos estudos superiores do sistema jesuíta o termo era sinônimo de "palestra". Nos estudos inferiores referia-se a uma "explicação" dos conteúdos de uma lição. A preleção foi o cerne da metodologia jesuíta no curso de Humanidades devido à sua abordagem sistemática no ensino. Não apenas transmitia conteúdo, mas também preparava o aluno para o estudo produtivo fora da sala de aula.

Laurence Britt (1939) em sua explicação de como introduzir aos alunos a obra *De Senectute* de Cícero deixa claro que "A preleção não consiste meramente em tradução e análise, nem é uma palestra do professor. Mas, é um estudo prático, artístico e analítico, com os alunos colaborando sob a orientação do professor. Sendo breve por necessidade, a preleção favorece o estudo intensivo e o domínio completo de uma quantidade limitada de matéria, em vez de um tratamento menos minucioso das seções mais longas" (p.6). Brill continua e faz referência a W. J. McGucken (1932) e sua definição operacional deste método instrucional:

²⁰ Ver Seção 4 "Contests. In The Method of Teaching in Practice" em Schwickerath, 1903, <http://www.slu.edu/colleges/AS/languages/classical/latin/tchmat/pedagogy/schw/schw2.html>

²¹ Ibidem.

Em resumo, então, a Preleção é a explicação de antemão da lição que os alunos vão estudar. De acordo com o espírito do *Ratio*, nenhuma lição deve ser dada sem antes ter sido explicada minuciosamente, e simplificado para o aluno com as dificuldades analisadas e o objetivo ficando claro de modo que quando o aluno estuda sua lição em casa, ele vai achá-la agradável por ser fácil, e interessante porque entende seu conteúdo (p. 7-8).

A preleção foi um método prático e útil, especialmente para professores jovens que precisavam de estrutura em suas lições. Farrell (1970) escreve que os jesuítas "estavam bem cientes das dificuldades associadas com o bom ensino e que muitos escolásticos não possuíam o atributo essencial para ser um grande professor: o dom da inspiração". Assim, eles adotaram uma técnica de ensino que acreditavam levaria ao jovem professor, por etapas sucessivas, a criar a situação mental e estimular a atividade iminente do aluno " (p. 127).

O jesuíta brasileiro teria implementado as Regras Comuns 26 à 29 referente à preleção. A Regra 27 na Tabela 8 explica em termos gerais como deve ser conduzida uma preleção numa classe inferior.

Tabela 8: Preleção ²²

Regra 26 - Sabatina — No sábado recorde-se tudo o que foi ensinado na semana. Se, de quando em quando, se oferecerem alguns para responder sobre todas estas lições ou sobre um livro inteiro, escolha o professor os melhores e os demais o ataquem, cada qual, com duas ou três perguntas; e não fique isto sem recompensa.
Regra 27 - Preleção - Na preleção só se expliquem os autores antigos, de modo algum os modernos. De grande proveito será que o professor não fale sem ordem nem preparação, mas exponha o que escreveu refletidamente em casa e leia antes todo o livro ou discurso que tem entre mãos. A forma geral da preleção é a seguinte: Em primeiro lugar leia seguidamente todo o trecho, a menos que, na Retórica ou na Humanidade, fosse demasiadamente longo. Em segundo lugar exponha em poucas palavras o argumento e, onde for mister, a conexão com o que procede. Em terceiro lugar leia cada período, e, no caso de explicar em latim, esclareça os mais obscuros, ligue um ao outro e explane o pensamento, não com metafrase pueril - inepta, substituindo uma palavra latina por outra palavra latina, mas declarando o mesmo pensamento com frases mais inteligíveis. Caso explique em vernáculo, conserve quanto possível a ordem de colocação das palavras para que se habituem os ouvidos ao ritmo. Se o idioma vulgar não o permitir, primeiro traduza quase tudo, palavra por palavra, depois, segundo índole do vernáculo. Em quarto lugar, retomando o trecho do princípio, faça as observações adaptadas a cada classe, a menos que prefira inseri-las na própria explicação. Se julgar que algumas devem ser apontadas - e não convém que sejam muitas - poderá ditá-las ou a intervalos durante a explicação, ou, ou, terminada a lição, em separado. É bom que os gramáticos não tomem notas senão mandados.
Regra 28 - Preleção de historiador e de poeta - A diferença entre a preleção de um historiador e a de um poeta é que, em geral, o historiador pode ser lido mais rapidamente enquanto que, no poeta, a paráfrase em prosa, feita com cuidado, é muitas vezes de grande conveniência; procurem-se que os alunos habituem-se em distinguir entre o estilo do poeta e o do orador
Regra 29 - Preleção das regras - Na preleção da retórica de Cipriano (Soares), da métrica, da Gramática latina, da grega ou disciplinas semelhantes relacionadas com preceitos, leve-se mais em consideração o conteúdo do que a forma (Edição de Praga: Proponham-se e traduzam-se logo exemplos breves dos melhores autores). Nas classes de Gramática, sobretudo nas inferiores, quando ocorrer algum ponto mais difícil, repita-se por um ou mais dias, ou intercalem ou recapitem pontos mais fáceis de outras partes da Gramática.

²² Franca, 1952, p. 75-76; Farrell, 1970, p. 66-67

O *Ratio* também incluiu Regras Especiais a respeito deste método para cada uma das cinco classes do programa humanista. Preleções que trataram dos fundamentos da Gramática e da prosódia nas classes mais baixas diferiam daquelas que se concentravam nos autores e nos preceitos da retórica e da poesia nas classes superiores. O professor jesuíta, portanto, teria variado o conteúdo da preleção dependendo do tema da lição. O jesuíta brasileiro estava ciente destas regras quando planejou e implementou as preleções, como demonstrado nos exemplos das classes de Gramática e retórica na **Tabela 9**.

Tabela 9: Preleções de *Grammatica e Retorica*²³

Regra 6 Gramática Inferior - Preleção dos autores. - A preleção de Cícero, que por via de regra não excederá quatro linhas, obedecerá ao método seguinte: Em primeiro lugar leia seguidamente todo o trecho e indique, resumidamente, em vernáculo, o sentido. Em seguida traduza o período no idioma pátrio, palavra por palavra. Em terceiro lugar, retomando o trecho de <http://alexandriacatolica.blogspot.com/> princípio, indique-lhe a estrutura, e, analisando o período, mostre as palavras e os casos por elas regidos, estenda-se sobre a maior parte dos pontos relativos às regras de Gramática explicadas; faça uma ou outra observação, mas muito simples, sobre a língua latina; explique as metáforas com exemplos muito acessíveis e não dite coisa alguma, a não ser talvez o argumento. Em quarto lugar percorra de novo o trecho do autor em vernáculo.

Regra 8 - Retórica - Explicação de um orador. - Quando se explica uma oração ou poesia, exponha-se em primeiro lugar o sentido, se escuro, e critiquem-se as diferentes interpretações. Em segundo lugar, esquadrinhe-se toda a arte da composição: a invenção, divisão e exposição; com que habilidade se insinua o orador, com que propriedade se exprime, ou em que lugares vai buscar argumentos para persuadir, ornar ou comover; como frequentemente num só trecho aplica muitas regras; de que modo reveste as razões que convencem com figuras de pensamento e, por sua vez, às figuras de pensamentos associa as figuras de palavras. Em terceiro lugar citem-se alguns trechos semelhantes pelo conteúdo ou pela forma ou pela forma e aleguem-se, outros oradores ou poetas que se serviram da mesma, para provar ou narrar coisa parecida. Em quarto lugar, se for o caso, confirme-se o pensamento com a autoridade de homens de saber. No quinto lugar, procure-se na história, na mitologia e em todos os domínios do conhecimento o que possa contribuir para esclarecer a passagem. Por último ponderem-se as palavras, a sua propriedade, elegância, riqueza e harmonia. Os pontos acima foram indicados não para que o Professor os percorra sempre todos, senão para que, dentre eles, escolha os que caírem mais a talho.

Outro objetivo da preleção era contribuir à erudição do aluno. Entendia-se a erudição como conhecimento dos detalhes arqueológicos, históricos, geográficos e outros aspectos críticos da vida na antiguidade. Era considerada um componente essencial no estudo da Gramática e das ciências humanas. Uma preleção bem formulada tinha o efeito de aumentar o conhecimento do aluno sobre a cultura romana e grega enquanto ele tentava dominar suas Gramáticas e literatura. O professor jesuíta teria preparado cuidadosamente a preleção para incluir detalhes contextuais que julgasse importantes. No exemplo a seguir, Schwickerath (1903) demonstra o potencial deste método para desenvolver a erudição, bem como a amplo conhecimento que seria esperado do professor jesuíta:

²³ Franca, 1952, p. 79 e 86-87; Farrell, 1970, p. 76 e 93-94

Assim, ao ler César, são explicadas as antiguidades militares romanas: a legião, as armas, as estradas militares, etc. A *Anábase* de Xenofonte oferece uma oportunidade para dar detalhes sobre a guerra grega e persa. As várias obras de Cícero exigirão explicações sobre a constituição romana, os tribunais, as eleições, as diferentes responsabilidades do Cônsul, Praetor, Tribune, Aedile, Pontifex; e descrições do fórum, moradias, vida familiar, etc. Os Diálogos de Platão exigem um conhecimento adequado da vida e das maneiras dos atenienses; Detalhes sobre a vida e os costumes da era heróica dos gregos pode tornar os épicos de Homero mais interessantes.²⁴

Repetição

A repetição era uma técnica importante no ensino jesuíta: "*Repetitio mater studiorum* foi a máxima do sistema educacional da Companhia (QUICK, 1900, p. 45). O *Ratio* exigia repetições ao longo do curso de Humanidades, mas particularmente nas classes inferiores. Contato frequente com o mesmo conteúdo no início do curso garantiu que o aluno teria uma base sólida para seus futuros estudos literários. Geralmente, houve duas repetições para cada lição: uma no começo e outra no final da aula. A repetição reforçou o que foi aprendido anteriormente e o que estava sendo ensinado. Assim, o jesuíta brasileiro teria seguida a Regra 25: "perguntem-se os pontos mais importantes e mais úteis, primeiro aos alunos mais adiantados depois também aos outros, que responderão em recitação seguida ou intercalada pelas interrogações do professor, enquanto o êmulo do repetente o corrigirá, se erra, ou antecipará a resposta se tardar.". O diretivo requer que as repetições fossem questionadas e corrigidas pelos colegas de classe. A Regra 26 continua e exige que o aluno repete o conteúdo ensinado na semana anterior. Estas foram marcadas para sábados ou qualquer outro dia fixo²⁵. Quanto a esta revisão semanal, concentrou-se nos conteúdos mais importantes, especialmente as regras da Gramática, os preceitos de estilo e a retórica. Quick (1900, p. 46) também observa que "nas três classes mais baixas, o desejo de estabelecer uma base sólida resultou no segundo seis meses do ano a serem repassados ao trabalho dos primeiros seis meses".

A repetição requer e fortalece a memória. A capacidade de relembrar com exatidão as ideias importantes nas obras de autores eminentes era uma habilidade que se acreditava estar subordinada à vontade, possibilitando seu desenvolvimento por meio da perseverança. Exercitar a memória ao repetir ou recitar o conteúdo da lição foi considerado essencial para preparar os alunos para lidar com os argumentos complexos nos debates. Na **Tabela 9**, a Regra Particular para o Professor de Retórica enfatiza a importância da repetição e sugere as ações a serem tomadas pelo professor para desenvolver a memória de aluno.

Tabela 10: Repetição e Retórica ²⁶

Regra 20 - Quanto à formação dos nossos estudantes, aplicam-se-lhes, como aos outros, todos os exercícios de que trata o método de ensino; em particular, porém, deverão ter em casa, três ou quatro vezes por semana, por espaço de uma hora, no tempo que ao Reitor melhor parecer, repetições na presença do Professor ou de outro pelo Reitor designado. Nelas repitam-se as lições de latim ou grego, e corrijam-se os exercícios latinos e gregos, de prosa e de poesia. Para cultivo da memória aprendam todos os dias alguma coisa de cor, e leiam muito e com atenção. E nada estimula tanto a inteligência quanto submeter cada um ao exercício freqüente de falar, não só na cátedra do salão, da igreja e da aula, o que lhes é comum com os seus discípulos externos, mas também no refeitório. Para o mesmo fim contribuirá finalmente a exposição em lugar público conveniente das próprias poesias, aprovadas pelo Professor e assinadas com o nome do autor.

²⁴ Ver Seção 2: "The Prelection or Explanation of the Authors" em Schwickerath, 1903, <http://www.slu.edu/colleges/AS/languages/classical/latin/tchmat/pedagogy/schw/schw2.html>

²⁵ Franca, 1952, p.75; Farrell, 1970, p.66

²⁶ Franca, 1952, p. 80; Farrell, 1970, p.79

Trabalhos Escritos

O exercício escrito ocupou um lugar de destaque na pedagogia jesuíta porque demonstrou o domínio do conhecimento e a habilidade de se comunicar do aluno. Também contribuiu à formação do seu caráter. O jesuíta brasileiro assim teria acatado as seis Regras Comuns listadas na **Tabela 11** e as regras particulares para as diferentes classes. Teria acreditado que por meio do esforço pessoal e da autodisciplina o aluno seria capaz de desenvolver as habilidades necessárias para escrever composições literárias. Quando o professor jesuíta pediu que o aluno fizesse uma composição, indicou um tema que ele selecionou e cuidadosamente preparou de antemão. Depois, sistematicamente corrigiu o produto escrito. As composições escritas pelos alunos variaram. Poderiam ser ensaios lhes interessavam, traduções de obras gregas e latinas e outros autores, e composições que imitavam o estilo narrativo e o pensamento de Cícero. Grande atenção foi dada à correção de trabalhos escritos pelo professor e os estudantes. Exigia trabalhos escritos na língua latina diariamente e temas na língua grega uma vez por semana.

Tabela 11: Exercícios Escritos²⁷

Regra 20 - <i>Trabalhos escritos</i> - Nas classes de Gramática, todos os dias, apresentem-se, com exceção do sábado, trabalhos escritos; nas outras, exercícios escritos de prosa, todos os dias, exceto o sábado e o dia feriado, exercícios de poesia, só duas vezes, nos dias seguintes ao domingo e ao feriado; tem grego, ao menos uma vez, de tarde, em dia escolhido pelo professor.
Regra 21 - <i>Correção dos trabalhos escritos</i> - De regra, os trabalhos escritos deverão corrigir-se em particular e voz baixa, com cada aluno, de modo que aos outros se deixe, no intervalo, tempo para exercitarem-se em escrever. É bom, contudo, no princípio ou http://alexandriacatolica.blogspot.com/ no fim da aula, ler e comentar publicamente alguns espécimes ora dos melhores, ora dos piores
Regra 22 - <i>Método de corrigir</i> - Em geral é este o método de corrigir ou indicar se foi violada alguma regra; perguntar como se poderá emendar; mandar que os rivais corrijam publicamente o erro logo que o advertirem e indiquem a regra transgredida; elogiar, enfim, tudo o que é perfeito. Enquanto isto se realiza, publicamente, cada aluno leia e corrija a primeira cópia do trabalho (que se deverá trazer sempre além da que se entrega ao professor).
Regra 23 - <i>Corrigir o maior número</i> - Todos os dias deveria o professor corrigir os trabalhos escritos de cada um, porque desta prática resulta muito e grande fruto. Se, porém, não o permitir o número elevado dos alunos, corrija quantos puder de modo que os omitidos num dia sejam chamados no seguinte. Para este fim, principalmente nos dias em que se deve trazer poesia, distribua alguns trabalhos para serem corrigidos pelos rivais (no intuito de facilitar esta distribuição escreva cada qual no verso do trabalho, não só o próprio nome senão também o do rival), outros, corrija-os o próprio professor, de tarde, enquanto se recita a lição de cor, outros, ainda, em casa, se quiser
Regra 24 - <i>Exercícios na aula</i> - Enquanto corrige os trabalhos escritos, prescreva ora um ora outro exercício, de acordo com o nível da aula. Pois nada arrefece tanto o fervor dos alunos como o fastio.
Regra 30 - O tema de composição não deve ser ditado de improviso, mas preparado e quase sempre escrito, quanto possível seja dirigido para a imitação de Cícero e segundo o modelo de uma narração, persuasão, congratulação, admoestação ou coisa semelhante; quando ditado palavra por palavra, deveria escrever-se em latim e em vernáculo. Logo depois mande o professor reler o ditado; explique alguma dificuldade maior que porventura ocorra; subministre palavras, frases e outros subsídios, e durante o ditado lembre sempre, exceto na Retórica, como as diversas partes deverão ser escritas e pontuadas. Algum trabalho extraordinário maior que o de costume deverá ser prescrito quando ocorrerem vários dias festivos ou se aproximarem às férias maiores e menores

²⁷ Franca, 1952, p. 74-76; Farrell, 1970, p. 65-68

Competições ou Desafios

Os jesuítas sabiam, por experiência própria, que o instinto de se distinguir faz parte da natureza humana e que poderia ser um forte incentivo para aprender. Esse raciocínio levou a Companhia a enfatizar a rivalidade honrosa, a *honesta aemulatio*, como parte de sua abordagem pedagógica. Os jesuítas acreditavam que se a rivalidade sob a forma de "emulação" ou competição intelectual fosse conduzida de forma respeitosa, poderia ser um estímulo agradável quanto ao desenvolvimento de habilidades mentais essenciais para a aprendizagem (KOCH, p.161). No sistema educacional jesuíta a emulação envolveu estudantes em competições saudáveis diferentes. Havia organizadas atividades de rivalidade entre indivíduos, grupos de estudantes e aulas. A rivalidade foi usada em recitações de classe, ao realizar repetições e corrigir publicamente o trabalho escrito. Isso se manifestou em disputas e debates, concursos entre aulas, competições de liderança e na concessão de prêmios em geral e prêmios em estudos de línguas (FARRELL, 1970, página 130).

Algumas das Regras Comuns sugeriram formas de rivalidade como parte de suas diretrizes. Os jesuítas, no entanto, favoreceram concursos ou concertações formais entre alunos da mesma ou das diferentes turmas sobre conteúdos já aprendidos. Estas competições tinham o mesmo objetivo nas classes baixas que as disputas tinham nas classes altas: isto é, fornecer ao aluno uma oportunidade de falar sobre o conteúdo da lição e responder às perguntas sobre sua apresentação. Schwickerath (1903) descreve como competições formais teriam sido conduzidas pelo professor jesuíta:

Cada aluno pode ter seu *aemulus* ou rival. O professor questiona A, enquanto B, o *aemulus* de A., está alerta para corrigir seu rival. Ou os meninos questionam-se mutuamente, enquanto o professor apenas preside para ver que tudo continua de forma justa. Toda a classe pode ser dividida em dois lados, que são frequentemente chamados de campos ou exércitos, já que os meninos naturalmente se deliciam com qualquer coisa militar. Meninos do único campo, digamos os "cartagineses", questionam alguns dos campos rivais dos "romanos" e vice-versa. Os líderes dos dois lados mantêm o registro dos pontos ganhos, das correções feitas pelo respectivo lado. Os líderes devem ser alunos diferenciados por talento, indústria e bom caráter. Diferentes classes podem também desafiar umas às outras para uma competição extraordinária e mais solene, para a qual outras classes podem ser convidadas como testemunhas²⁸.

O *Ratio Studiorum* estabeleceu três regras gerais para competições inter-classes. As responsabilidades do professor jesuíta estão implícitas nas Regras Comuns de **Tabela 12**: tomar as medidas para gerenciar, organizar e preparar as competições.

²⁸ Ver Seção 4 titulada "Contests" em Schwickerath, 1903, em <http://www.slu.edu/colleges/AS/languages/classical/latin/tchmat/pedagogy/schw/schw5.html>

Tabela 12: Competições ou Desafios ²⁹

<p>Regra 31 – Desafio - O desafio que poderá organizar-se ou por perguntas do professor e correção dos êmulos, ou por perguntas dos êmulos entre si deve ser tido em grande conta e posto em prática sempre que o permitir o tempo a fim de alimentar uma digna emulação, que é de grande estímulo para os estudos. Poderá bater-se um contra um, ou grupo contra grupo, sobretudo dos oficiais, ou um poderá provocar a vários; em geral um particular provocará outro particular, um oficial outro oficial; um particular poderá às vezes desafiar um oficial e se o vencer conquistará a sua graduação, ou outro prêmio ou símbolo de vitória conforme o exigir a dignidade da classe e o costume da região.</p>
<p>Regra 34 - Desafio com classe imediata - Algumas vezes no ano, em dia escolhido pelo Prefeito dos estudos inferiores, haja por uma hora desafio com a classe imediata, sobre os pontos comuns e ambas sob a direção de ambos os professores. Dois três ou mais dentre de uma e outra classe sustentarão o de debate ou preparados de antemão por perguntas e respostas sobre um assunto preestabelecido, ou por perguntas feita livremente ou também com respostas feitas às dificuldades feitas pelo adversário, sobretudo na Retórica.</p>
<p>Regra 35 - Oficiais - Cada mês, ou de dois em dois meses, deverão ser escolhidos os oficiais e também, se parecer conveniente, premiados, salvo se na Retórica, se julgasse, em algum lugar, menos necessário. Para esta escolha haja uma prova escrita em prosa, em poesia ou em grego, durante todo o tempo da aula, a menos que nas classes inferiores não fosse preferível deixar meia hora para o desafio. O que apresentar a melhor composição receberá, a mais alta dignidade, os que lhe seguirem receberão os outros postos de honra aos quais, para maior aparência de erudição, se atribua títulos tirados da república ou do exército grego, ou romano. Para alimentar a emulação, por via de regra poderá a aula dividir-se em dois campos, cada um com os seus oficiais, uns opostos aos outros, tendo cada aluno o seu êmulo. Os primeiros oficiais de ambos os campos ocuparão o lugar de honra.</p>

As Regras Particulares para os professores de Gramática, Humanidades e Retórica explicarem como as competições ou desafios deveriam ser conduzidos e especificarem o comportamento esperado dos alunos. O jesuíta brasileiro teria preparado seus alunos para os desafios. Teria organizado as competições e facilitar as trocas de ideias entre os alunos, conforme ilustrado na Tabela 13 para as aulas de Gramática e Humanidades.

Tabela 13: Competições nas Classes de Gramática Média e de Humanidades ³⁰

<p>Regra 10 – Classe Média de Gramática- Desafio - O desafio ou exercício de aula poderá versar sobre as falhas que um êmulo descobrir nos trabalhos escritos do outro, sobre questões relativas aos pontos em que se exercitaram na primeira hora, sobre a repetição de cor das frases dadas pelo professor, sobre traduções e variações de frases vernáculas para a aplicação de sintaxe e imitação de Cícero (imitação dos autores) (procure-se que o interrogado repita imediatamente, com as mesmas palavras, a expressão proposta e depois de breve reflexão a enuncie, não palavra por palavra, mas toda, de uma só vez, em latim); sobre as flexões de nomes e verbos mais difíceis, especialmente dos que ocorram na preleção, conservando ou saltando a ordem dos casos e tempos, declinando os nomes isolados ou articulando substantivos, adjetivos e pronomes, Sobre a recitação rápida de pretéritos e supinos e outros pontos semelhantes a critério do professor.</p>
--

²⁹ Franca, 1952, p.76; Farrell, 1970, p. 68-69

³⁰ Franca, 1952, p. 82 e 85; Farrell, 1970, p. 83 e 91.

Regra 7 – Humanidades – Desafio - O desafio ou exercício escolar deverá versar sobre erros que um êmulo descobriu no trabalho do outro, sobre perguntas relativas aos pontos em que se exercitaram na primeira hora, sobre a recitação de cor e variação de frases dadas pelo Professor, sobre a recitação e aplicação dos preceitos do estilo epistolar e da retórica, sobre perguntas feitas acerca da quantidade das sílabas, aduzindo de memória a regra respectiva ou o exemplo de um poeta; sobre a investigação de alguma significação própria ou de alguma etimologia; sobre a interpretação de algum autor latino ou grego, sobre a flexão e formação de palavras gregas mais difíceis e irregulares, e outras questões semelhantes, a critério do professor.

Considerações Finais

Uma ciência da pedagogia não existiu no tempo de Inácio nem nos séculos seguintes. No entanto, havia interesse em questões pedagógicas, especialmente em relação às Humanidades. Os humanistas produziram um número de obras respeitáveis que abordaram o propósito e os métodos de ensino no colégio. Figuras importantes como Vittorino da Feltre, Erasmo de Rotterdam, Guarino Guarini, Johannes Sturm e Juan Luís Vives destacam-se por suas cuidadosas publicações e contribuições educacionais (CASALINI & PAVUR, 2016, pág. 29-30). Bert Roest (2003) escolhe Erasmus, Vives e Melancthon, em particular, como "o ápice da pedagogia humanista" porque eles "acoplaram a *studia humanitatis* com a noção cristã de *pietas* e transformaram o método pedagógico humanista em um programa influente para a educação da sociedade cristã" (p.138).

Membros da Companhia também criaram inúmeros ensaios e documentos de posição sobre os objetivos, conteúdos e métodos de ensino nas instituições jesuítas. Grendler observa que "há quase setecentas páginas de documentos discutindo e debatendo a organização de escolas, currículo, práticas pedagógicas, livros didáticos, e assim por diante, nos anos 1540, 1550 e 1560 na magnífica e indispensável *Monumenta Paedagogica* editada por Ladislaus Lukács" (2016, p.21). A publicação de Casalini e Pavur (2016) sobre a pedagogia dos jesuítas de 1540 a 1616 oferece uma seleção representativa de trabalhos que discutem a pedagogia dos jesuítas tanto na teoria como na prática.

Em resposta à preocupação com a metodologia de ensino, em 1696 a Décima Quarta Congregação da Ordem encomendou ao Padre Joseph de Jouvençy (1643-1719) o desenvolvimento de um manual com sugestões sobre o ensino de estudos clássicos. Jouvençy completou e publicou seu manual em Florença em 1703 sob o título *Magistris scholarum inferiorum Societatis Jesu de ratione discendi et docendi (Em aprendizagem e ensino para professores de estudos inferiores da Companhia de Jesus)*. Seu trabalho tornou-se o livro oficial da Companhia e os jesuítas europeus responderam favoravelmente às suas sugestões pedagógicas. Na França, na Áustria e na Polónia os professores jesuítas encontraram seu trabalho útil ao refletir sobre os requisitos de instrução do *Ratio Studiorum*. Na Espanha, Jouvençy estimulou os jesuítas espanhóis a publicar seus próprios manuais sobre o ensino das Humanidades. Andrés Marcos Burriel publicou em 1750 seus *Apuntamientos para fomentar as letras humanas* e em 1753 Francisco Javier de Idiáquez publicou *Prácticas e industrias para promover as letras humanas* (GÓMEZ, 2014, pág. 318). Parece não haver textos comparáveis sobre pedagogia publicados em Portugal. Quanto ao Brasil, apesar de o livro didático de Jouvençy fosse bem recebido na Europa, sua utilidade para o educador brasileiro teria sido de curta duração com a supressão da Companhia em Portugal e suas colônias em 1759.

Não se sabe se o jesuíta brasileiro estava familiarizado com essas obras pedagógicas. O que se pode afirmar é que os escritos humanistas sobre pedagogia estavam disponíveis tanto para os católicos quanto para os protestantes e que o professor jesuíta poderia ter adotado algumas de suas práticas quando achava que era apropriado. Os educadores jesuítas deveriam implementar as regras do *Ratio Studiorum*, mas era permitida certa flexibilidade. Inácio entendeu que as condições e circunstâncias locais poderiam justificar desvios das práticas normais e, portanto, eram permitidas, mas com moderação e razão. Ele acreditou isso no início quando ele "dirigiu nas Constituições que todas as disposições do *Ratio* antecipado deveriam ser adaptadas a lugares, horários e pessoas. Isso tornou possível que o espírito do *Ratio* permaneça influente mesmo quando seus detalhes concretos se tornaram obsoletos³¹. Tal flexibilidade poderia ter sido evidenciada no Brasil, como em outros lugares.

Este estudo consultou a *Ratio Studiorum* para identificar alguns comportamentos que um jesuíta brasileiro teria exibido ao ensinar Gramática clássica, literatura e retórica nos séculos 17 e 18. Dada a escassez de relatos de primeira mão sobre as atividades dos jesuítas nos colégios do Brasil colonial, não sabemos até que ponto a pedagogia do jesuíta brasileiro alcançou às expectativas da Companhia. Contudo, podemos afirmar com razoável certeza que ele foi fiel à sua profissão e às diretrizes do *Ratio*.

Referências

- ALDEN, Dauril. *The Making of an Empire. The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond. 1540-1750*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1996.
- BANGERT, William V. *A History of the Society of Jesus*. St. Louis, MO: The institute of Jesuit Sources, 1972.
- BRITT, Laurence Vincent, "Jesuit Prelection Exemplified in Cícero's De Senectute" (1939). Master's Theses. Paper 70. http://ecommons.luc.edu/luc_theses/70
- CARVALHO, Laertes R. Ação Missionária e Educação. in: HOLANDA, Sérgio, B. *História Geral da Civilização Brasileira: Época Colonial*. t.1. São Paulo. Difusão Europeias do Livro, 1972.
- CASALINI, Cristianó and PAVUR, Claude. *Jesuit pedagogy, 1540-1616. A Reader*. Boston, MA: Boston College Institute of Jesuit Sources. 2016.
- CODINA, Gabriel. The Modus Parisiensis. In: Duminuco, Vincent J. (ed.) *The Jesuit Ratio Studiorum: 400th Anniversary Perspectives*. New York: Fordham University Press, 2000, p. 28-49.
- DONOHUE, John W. *Jesuit Education: An Essay on the Foundations of its Idea*. New York: Fordham University Press, 1963. Retieved August 15, 2017 from [https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.\\$b114041;view=1up;seq=7](https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.$b114041;view=1up;seq=7)
- FARRELL, Alan P. (trans.). *The Jesuit Ratio Studiorum of 1599*. Washington, D.C.: Conference of Major Superiors of Jesuits, 1970. Retrieved August 19, 2017. http://ecommons.luc.edu/ignatianpedagogy_books/36
- FARRELL, Allan Peter, S.J. *The Jesuit Code of Liberal Education; Development and Scope of the Ratio Studiorum*. Milwaukee, WI: Bruce Publishing Company, 1938.

³¹ Ratio Studiorum. *New Catholic Encyclopedia*. Acessado 23/8/2018 em <http://www.encyclopedia.com/religion/encyclopedias-almanacs-transcripts-and-maps/ratio-studiorum>.

FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas: o Ratio Studiorum*. Rio de Janeiro: Agir, 1952. Retrieved August 19, 2017. <https://portalconservador.com/livros/Pe-Leonel%20Franca-O-Metodo-Pedagogico-dos-Jesuítas.pdf>

GÓMEZ, César Chaparro. Del De ratione discendi et docendi de Jouvancy a las Prácticas e Industrias de Idiáquez: los avatares de la Ratio studiorum jesuita. *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos* 2014, 34, núm. 2 315-336. Retrieved on 8-5-2017 at <http://revistas.ucm.es/index.php/CFCL/article/viewFile/47361/44401>

GRENDLER, Paul F. The Culture of the Jesuit Teacher 1548–1773. *Journal of Jesuit Studies* 3 (2016) 17-41. <https://doi.org/10.1163/22141332-00301002>

KOCH, Joseph Robert, *Quintilian and the Jesuit Ratio Studiorum* (1939). *Master's Theses*. Paper 471. Retrieved August 10, 2017 from http://ecommons.luc.edu/luc_theses/471. See also: http://ecommons.luc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1470&context=luc_theses

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. T.1. Lisbon/Rio de Janeiro: Portugal/Civilização Brasileira, 1938

LEITE, Serafim. *Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil (Assistência de Portugal 1549-1760)*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.

LETSON, Douglas and HIGGINS, Michael. *The Jesuit Mystique*. Toronto: MacMillan, 1995

McMAHON, Michael. *The Jesuit model of education*. 2004. Reviewed on 2-17-2017 at http://www.edocere.org/articles/jesuit_model_educacão.htm.

QUICK, Robert Herbert. *Essays on Educational Reformers*. New York: Appleton and Company, 1868/1900.

RATIO STUDIORUM. *New Catholic Encyclopedia*. 2003. Retrieved August 23, 2017 from Encyclopedia.com: <http://www.encyclopedia.com/religion/encyclopedias-almanacs-transcripts-and-maps/ratio-studiorum>

ROEST, Bert. Rhetoric of Innovation and Recourse to Tradition in Humanist Pedagogical Discourse. IN: GERSH, Stephen and ROEST Bert (eds). *Medieval and renaissance humanism: rhetoric, representation, and reform*. Leiden/Boston: Brill, 2003, p. 115 -148.

RÜEGG, Walter. Prologue: The rise of humanism. In: Hilde de Ridder-Symoens (ed). *A History of the University in Europe: Volume 1, Universities in the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SCHWICKERATH, Robert. (Chapter XVI). The Method of Teaching in Practice. *Jesuit Education: Its History and Principles Viewed in the Light of Modern Educational Problems*. Saint Louis, MO: Herder, 1903, pp 456-521. Retrieved August 22, 2017 from

VECHIA, A and LORENZ, K. O Colégio da Bahia e o ensino superior: a formação da elite na American portuguesa, 1572 a 1759. In: DÍAZ, J. M. H. (org.) *Formación de elites y educación superior em Iberoamérica (SS. XVI-XXI)*. Salamanca, Spain: Herger Ediciones Antema, 2012, Vol. 1, p. 257-267.